

5.5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A) O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Nome: São Francisco do Sul

Principal Colonização: Portuguesa.

Principais Etnias: Portuguesa e Açoriana.

Participação no PIB de Santa Catarina: 2,62%

Principais atividades econômicas: possui o quinto maior Porto Brasileiro em movimentação de contêineres, sendo que mais de 70% da renda do município são gerados pela atividade portuária. Deve-se destacar, ainda, as atividades de serviços, turismo e comércio.

Fonte: SEAP/PR (2007)

O município de São Francisco do Sul está situado na microrregião Nordeste do Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil, e abrange uma área de 496,56 km².

Localizado a 215 km de distância da capital Florianópolis, São Francisco do Sul tem os seguintes limites geográficos: Garuva e Itapoá (Norte); Balneário de Barra do Sul (Sul); Joinville e Araquari (Oeste); Oceano Atlântico (Leste). Além disso, separando as porções insular e continental do município está a Baía da Babitonga, que é o complexo hídrico no qual será implantado o empreendimento que é objeto do presente estudo ambiental.

A partir da instalação do povoado, em 1658, toda a Ilha de São Francisco foi aos poucos ocupada. As primeiras sesmarias cortaram a ilha em sentido transversal, com propriedades que se iniciavam na Baía da Babitonga e iam até o oceano (PEREIRA, 1984).

A economia dos primeiros séculos de ocupação da Ilha de São Francisco, assim como de todo o litoral catarinense, se baseou na pequena propriedade agrícola e na pesca, com destaque para as lavouras de cana-de-açúcar, mandioca e algodão.

O processo de industrialização teve início a partir da segunda metade do Século XVIII, juntamente com a exportação de cordoaria. Nessa mesma época também se iniciaram as atividades de extração e exportação de madeira, as quais se transformaram nas principais ocupações dos moradores locais da época.

A partir da construção da estrada de ferro e sua operação, em 1910, desenvolvem-se os serviços ferroviários e portuários, que até hoje se constituem a principal atividade econômica do município.

B) PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

A área do empreendimento foi alvo de *Diagnóstico Arqueológico* onde não foram encontrados vestígios de sítios históricos e/ou arqueológicos na área dos empreendimento, no entanto, próximo a área do **Terminal FERTIMPORT** foi identificado um sítio histórico denominado Praia do Inglês.

Atualmente o respectivo diagnóstico encontra-se em análise do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que deverá se manifestar formalmente a respeito da implantação dos empreendimentos.

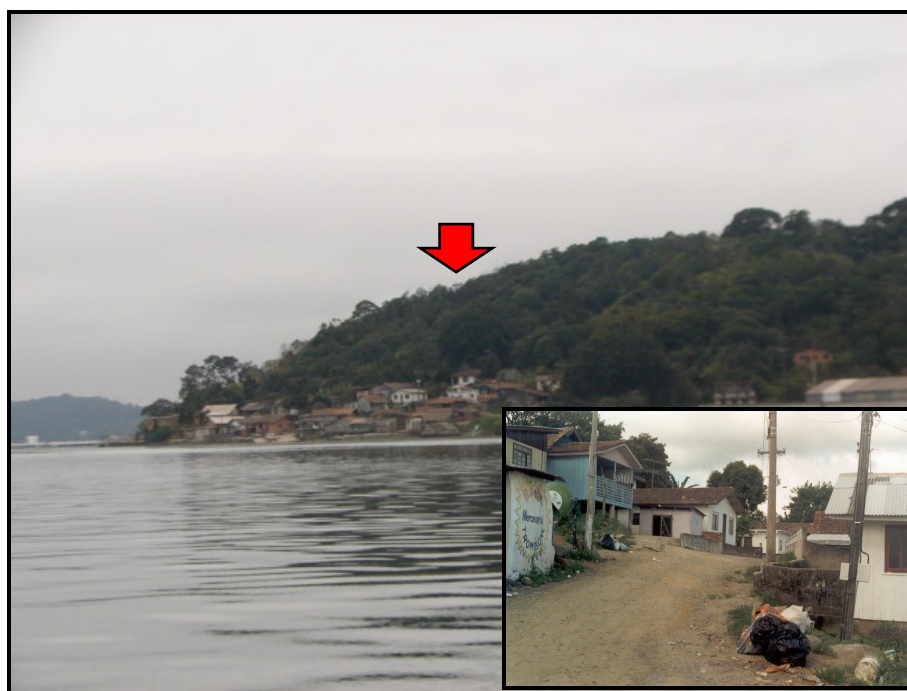
A área indicada como bota-fora já foi alvo de estudo arqueológico denominado *Diagnóstico Arqueológico para o Empreendimento AKA Logística S/A*, São Francisco do Sul – SC e em relatório de análise preliminar nº 055/08, em anexo, o IPHAN não apontou restrições de ocupação da respectiva área.

C) CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

O Município de São Francisco do Sul apresentou ao longo da década de 1980 um crescimento demográfico equivalente àquele observado na Região Geográfica em que está inserido (Região de Joinville). A Região de Joinville é caracterizada por um elevado contingente populacional, que se encontra, em sua maioria, concentrado no município de Joinville que, segundo estimativa do IBGE (2007) possui quase 500 mil habitantes e é o município mais populoso do Estado de Santa Catarina. Nessa região, o município de São Francisco do Sul é considerado como sendo de médio porte em termos populacionais, com população estimada de 38.699 habitantes.

A população estimada para 2006 (38.699 hab), quando comparada com aquela encontrada no CENSO 2000 demonstra crescimento de aproximadamente 20%. Considerando-se que esse crescimento refere-se aos últimos 6 anos, chega-se a uma taxa de crescimento em torno de 3,3% ao ano, o que permite concluir que existem claras possibilidades da taxa de crescimento populacional no período 2000-2010 voltar à casa dos 40%. Pode-se considerar que essa retomada de crescimento populacional se deve à instalação de algumas empresas e, principalmente, ao crescimento da atividade portuária nos últimos anos.

As estruturas em terra dos **Terminais TGSC e FERTIMPORT** situar-se-ão parte no Morro Bela Vista (TGSC), mais especificamente nas imediações da Comunidade Bela Vista, que é popularmente chamada de Rabo Azedo e parte em área adjacente à Praia dos Paulas em terreno da Bunge (FERTIMPORT).



Vista geral da Comunidade Bela Vista, nas imediações dos locais de implantação dos **Terminais TGSC e FERTIMPORT**. No detalhe pode-se observar a rua de acesso à Comunidade. A seta vermelha indica o local destinado ao empreendimento TGSC.

D) EMPREGO E MÃO-DE-OBRA

No ano de 2005 as atividades do Setor Terciário ocuparam um lugar de destaque na geração de empregos no município de São Francisco do Sul, especialmente os ramos de prestação de serviços, administração pública e comércio, que juntos responderam por 87% dos empregos com vínculos formalizados.

É pertinente informar que o número de empregos no ramo de serviços teve um incremento de 69% entre 2000 e 2006 e que grande parte dos empregos gerados nesse ramo está direta ou indiretamente relacionada às atividades portuárias, que vêm crescendo ano a ano naquele município. Os incrementos nos postos de emprego da administração pública e do comércio no mesmo período foram, respectivamente, 47% e 51%.

As atividades agropecuárias não contribuíram diretamente para a significância dos indicadores econômicos de São Francisco do Sul, porém se mostram importantes como elementos de equilíbrio da dinâmica socioeconômica regional. Dentre as atividades desse setor pode-se destacar a pesca artesanal, a maricultura e a agricultura familiar, muito frequentes na região.

São Francisco do Sul não apresenta um setor industrial significante em comparação com os municípios da região.

Quanto à implantação dos empreendimentos estima-se, em função da previsão da contratação de aproximadamente 200 pessoas necessárias para a realização das várias etapas da obra, que seja absorvida, também, mão-de-obra oriunda das cidades vizinhas a São Francisco do Sul, com referência especial para a mão-de-obra especializada.

Na operação dos empreendimentos a previsão de geração de postos de trabalho diretos girará em torno de 160 funcionários. Os novos postos de trabalho são relacionados às atividades administrativas e de escritório; zeladoria e segurança; operação de máquinas e equipamentos; informática e automação, entre outras. Acredita-se que esses funcionários serão absorvidos do próprio município de São Francisco do Sul, exceto em caso de necessidade de mão-de-obra especializada inexistente no município

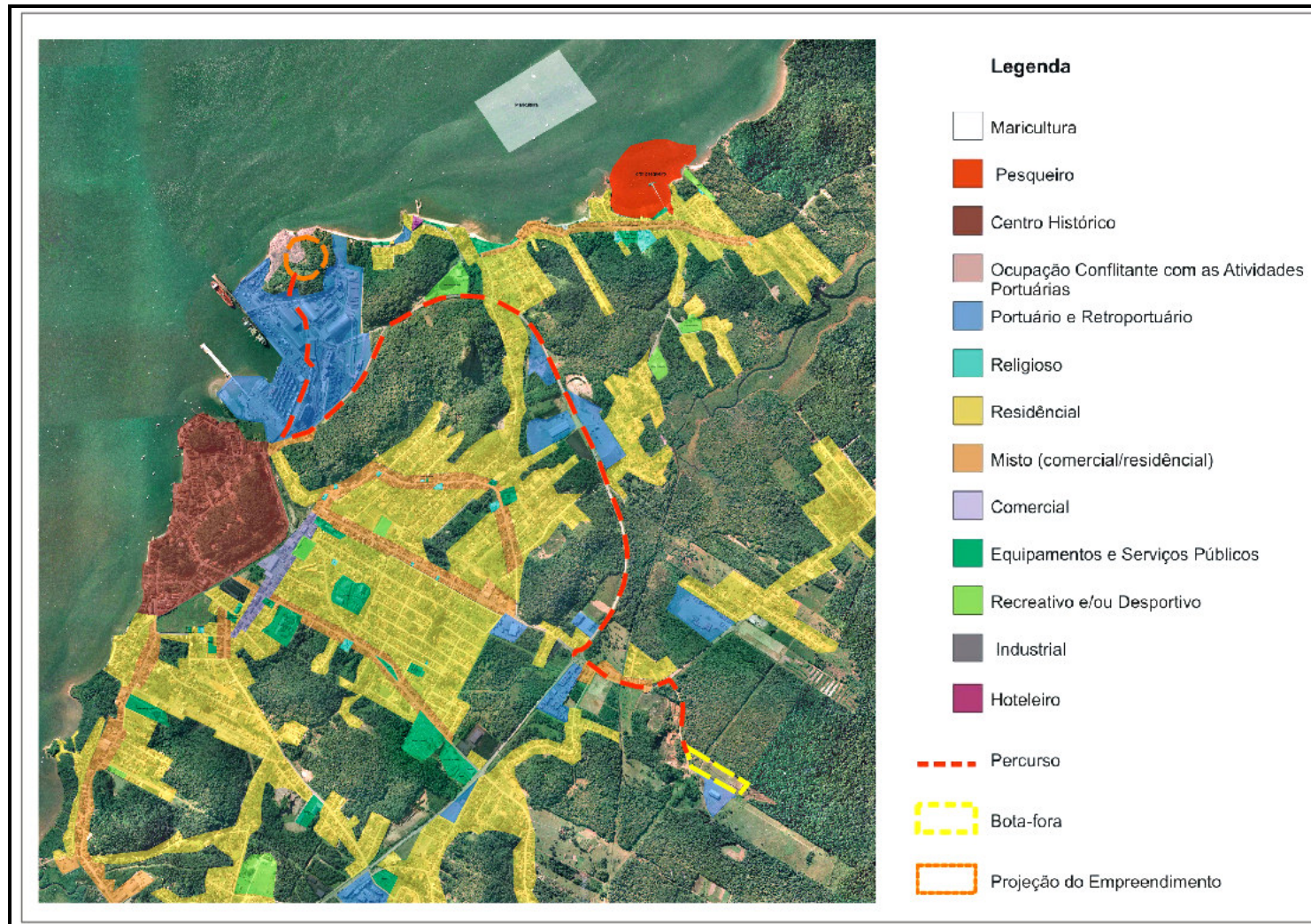
E) ZONEAMENTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

O território do Município de São Francisco do Sul possui seu zoneamento definido pela Lei Municipal nº 763 de 22 de abril de 1981, a qual define as atividades e usos permissíveis em cada uma das áreas e zonas e, inclusive, estabelece as intensidades da utilização do solo.

A área dos empreendimentos está inserida no Perímetro Urbano e a partir da Lei nº 79 de 14 de dezembro de 2007 que deu nova redação ao artigo 17 da Lei nº 763/1981 a área dos empreendimentos passou a estar inserida na Zona Portuária 1 (ZP-1). Segundo a definição legal “... a Zona Portuária visa estimular, concentrar e agrupar as atividades comerciais, industriais e de serviços, principalmente voltadas a função portuária, ...”.

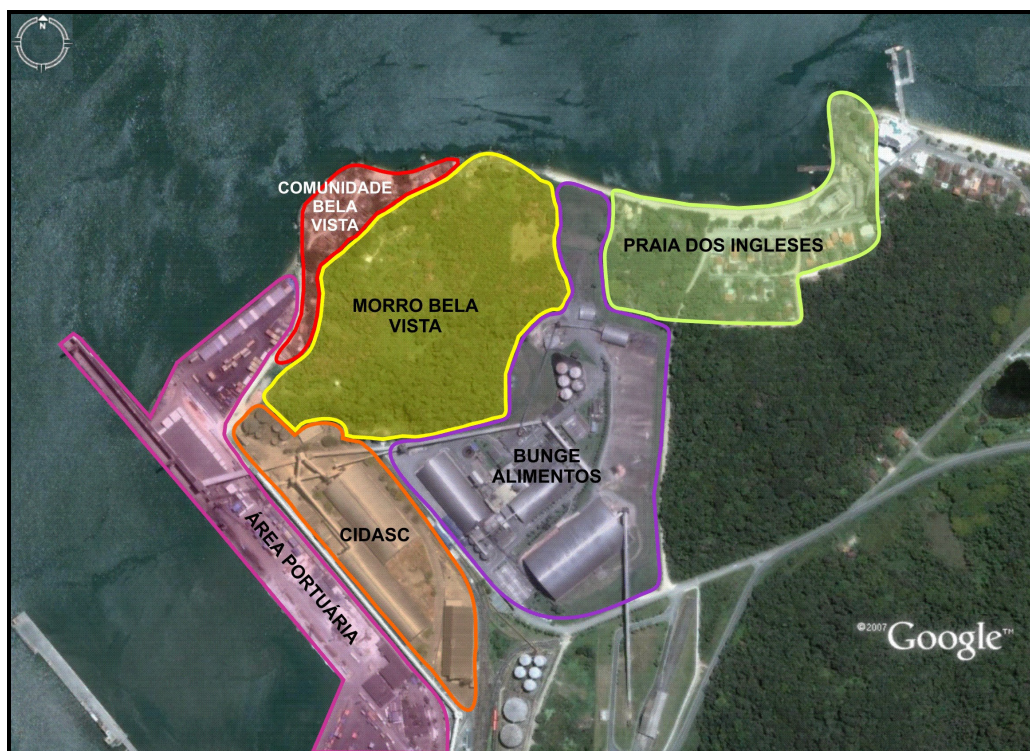
F) USO E OCUPAÇÃO

A partir da adequação da ortofotocarta digital executada pela empresa AEROCONSULT e de atividades de campo, como vistorias no local, foi elaborado um Mapa Temático abaixo apresentado, onde estão classificados os diversos tipos de uso e ocupação do solo e do espelho de água exercidos na área de influência direta dos empreendimentos.



Uso e ocupação do solo e do espelho de água na área de influencia direta, indicando o percurso entre a área dos empreendimentos e o bota-fora do TGSC.

A ocupação do entorno imediato dos empreendimentos é, basicamente: Baía da Babitonga, mais especificamente a Ponta do Rabo Azedo (**Norte**); Instalações da CIDASC (**Sul**), Praia dos Ingleses (**Leste**) e Porto de São Francisco do Sul (**Oeste**) conforme apresentado abaixo



Vista aérea da área dos empreendimentos e do seu entorno. (Fonte: GoogleEarth, 2007).

G) ORDENAMENTO DO ESPAÇO AQUAVIÁRIO E SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

É competência da Marinha do Brasil avaliar a execução de obras sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras (AJB), bem como emitir parecer no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação, sem prejuízo das obrigações do interessado perante os demais órgãos responsáveis pelo controle da atividade em questão.

Neste sentido a Marinha do Brasil, através da Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul, esta manifestou-se, favorável a implantação dos empreendimentos desde que sejam atendidas as seguintes exigências e solicitações:

- que seja informado à Delegacia da Capitania dos Portos as datas do início efetivo e dos termos, previsto e efetivo, das obras para divulgação aos navegantes;
- à medida que a construção avance para o canal, seja iluminada por luzes brancas não ofuscantes, voltadas para baixo e para o interior, delimitando a sua extensão;

- c) a ponte de acesso e o píer, após construídos, sejam iluminados por luzes brancas não ofuscantes, voltadas para baixo e para o interior, sem prejudicar a visibilidade dos navegantes;
- d) que seja estabelecida sinalização náutica por luz fixa amarela, com alcance de duas milhas náuticas nos seguintes pontos: I) P7 – extremidade NE do berço 2; II) P10 – extremidade SW da Plataforma, berço 1; III) P11 – berço para fertilizantes, nº1; e
- e) seja enviada a esta Delegacia da Capitania dos Portos, uma Planta Final de Situação de obras conforme instruções do respectivo órgão.

H) ÁREAS DA UNIÃO, DOMINIAIS E DE USO COMUM

Segundo o **Manual de Regularização Fundiária em Terras da União** (2006), elaborado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), os bens da União, historicamente foram utilizados para apoiar o funcionamento da administração federal e, com a ótica do interesse patrimonial, para complementar a arrecadação de receitas pelo Governo Federal. A partir da publicação da Constituição Federal de 1988, toda a propriedade, seja ela pública ou privada, deve submeter-se ao princípio da função social. Isto inclui os bens da União.

O cumprimento da função social de uma propriedade pública deve estar associado às responsabilidades e obrigações do Estado brasileiro para com a sociedade. Assim, a destinação e o uso dos bens públicos têm como objetivo contribuir para a redução das desigualdades sociais e territoriais e a promoção da justiça social, garantindo o direito à moradia, bem como a geração de postos de trabalho e o incremento ao desenvolvimento local.

De acordo com a Constituição Federal, é o Plano Diretor que define o conteúdo da função social da propriedade urbana. Ele é aprovado por lei municipal e determina o planejamento territorial do Município para os dez anos subseqüentes, abrangendo tanto a área urbana como a área rural.

Conforme a Certidão de Matrícula nº **13.295**, do **Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de São Francisco do Sul**, encontra-se registrado o imóvel onde se pretende instalar o terminal FERTIMPORT, com área de **93.725,30 m²** pertence à BUNGE Alimentos SA, adquirente do imóvel por meio de escritura pública de compra e venda, passando a deter o domínio útil sobre o **Terreno Foreiro de Marinha** e o domínio particular e pleno sobre as respectivas benfeitorias naquela área.

Conforme a Certidão de Matrícula nº **39.041**, do **Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de São Francisco do Sul**, encontra-se registrado o imóvel com área total de **69.787,50 m²** onde se pretende instalar o Terminal de Granéis de Santa Catarina – TGSC. Com relação ao terreno de marinha, salienta-se que o TGSC é legítimo proprietário e possuidor da área alodial e que para a implantação da via de acesso ao platô onde serão construídas as instalações terrestres do Terminal TGSC, implicará na ocupação de terras da União, cuja inscrição de ocupação está em vias de regularização.

Com relação à parcela do espelho d'água a ser utilizada pelos empreendimentos TGSC e FERTIMPORT, foi requerida à Secretaria do Patrimônio da União - SPU, na Gerência regional do Patrimônio da União em Santa Catarina a **Cessão de Uso de Espaço Físico sobre Águas Públicas, de Plataforma Continental e de Acrescidos de Marinha**.

I) ATIVIDADES ECONÔMICAS

Desde meados do Século XVII até o início do Século XVIII, São Francisco do Sul tinha sua base econômica voltada para as atividades portuárias, ligadas basicamente às estratégias militares da ocupação portuguesa, existindo algumas oficinas, despachantes e comerciantes.

Com a introdução do trabalho escravo, a agricultura passou a ser uma atividade econômica lucrativa, entre os anos de 1840 e 1880. Neste período, grandes propriedades foram formadas, sendo que os principais cultivos foram o arroz e a mandioca.

Grande parte dos recursos hídricos da região era utilizada como força motriz de engenhos. Porém, com a abolição da escravatura, a economia agrária de São Francisco do Sul sofreu uma forte decadência, onde as culturas não possuíam mais a força de trabalho necessária para a continuidade das atividades.

As propriedades agrárias foram suprimidas, com conseqüentes efeitos multiplicadores no restante da economia local: diminuição do comércio, dos negócios, bem como a diminuição e a depreciação dos recursos produtivos ligados à economia agrária.

Boa parte dos investimentos e da mão-de-obra então disponível voltou-se para as atividades ligadas ao porto, que foi, desde então, um fator de contribuição à estabilidade econômica do município, absorvendo, em parte, as crises decorrentes dos ciclos econômicos de outras atividades.

O novo impulso na economia local ocorreu em 1905, com o início da construção da linha férrea, ramal São Francisco - Porto União e a sua operação, em 1910, que ligaria o município a São Paulo e dali às demais regiões do Brasil.

A maior integração nacional decorrente das obras de construção da malha rodoviária, já nos anos 70, fez com que o desenvolvimento econômico local passasse a ser marcado por fatores ligados ao transporte, através de linhas férreas e, posteriormente, da malha rodoviária, estando sempre vinculados ao porto.

Os dados apresentados seguir mostram a composição estrutural da economia francisquense.

Setor Primário

O setor primário em São Francisco do Sul tem como principal atividade a pesca artesanal, no entanto, a maricultura, a pecuária, a agricultura de lavoura permanente e temporária, bem como a silvicultura e a extração vegetal são atividades presentes neste setor, sendo estas atividades, em sua maioria, voltadas para a subsistência.

- Agropecuária

Historicamente, as atividades agrícolas no município, apresentaram proporções bem mais modestas em relação ao restante do país de então, desenvolveram-se nos moldes da colonização portuguesa, baseada no trabalho escravo, na monocultura e com a formação de grandes engenhos. O fim do trabalho escravo causou uma profunda crise no modelo vigente, transformando, em caráter praticamente decisivo, a vocação do município de São Francisco do Sul que passou a ter, como centro dinâmico, o porto e as atividades correlatas.

Atualmente as atividades agrícolas no município ocorrem tanto na porção insular quanto na continental, concentrando-se principalmente nas culturas da banana e arroz, bem como na pecuária.

Atividade Pesqueira

Em consulta aos estudos detalhados sobre a Comunidade Bela Vista, apresentada em APSFS (2005c), pode-se constatar que, dentre os responsáveis pelas 99 famílias residentes, apenas 3 (três) informaram a pesca, como sendo a atividade responsável pelo seu sustento.

Dentre os pescadores do Bairro dos Paulas, 90% atuam na pesca do camarão pelo método do arrasto de fundo que, segundo SEAP/PR (2007), consiste no emprego de uma rede de forma cônica, que é arrastada por uma embarcação motorizada equipada com portas, ou seja, pranchas de madeira ligadas à parte anterior da rede que possibilita a permanência da mesma junto ao fundo e com a frente aberta.

Outra informação de extrema importância para o presente estudo ambiental está ligada ao local em que os pescadores associados realizam seus trabalhos. Segundo informações do Sr. Alfredo Ari Cota, Presidente da Associação dos Pescadores do Bairro dos Paulas, em 13/08/2007, quase todos os associados praticam a pesca embarcada e sempre “lá fora” (*sic*), ou seja, em alto mar. Muitas vezes, eles chegam a se deslocar até o litoral paranaense e paulista em busca de produtos, o que os obriga a permanecer no mar por longos períodos, até 15 dias.

Isso permite concluir que as possibilidades da implantação e operação do empreendimento TGSC e FERTIMPORT causarem interferências negativas na atividade pesqueira daquela comunidade são muito pequenas, mesmo por que, os arredores do porto não são utilizados para pesca, há anos.

Maricultura

Não foi possível a obtenção de dados oficiais que pudessem demonstrar a importância da maricultura na área de influência dos empreendimentos, da mesma forma que para a atividade pesqueira.

É importante ressaltar que a grande maioria dos maricultores associados à AMACOP (Associação dos Maricultores da Comunidade dos Paulas) não tem na maricultura sua principal fonte de renda, mas sim uma complementação de suas rendas mensais, geralmente ganhas em trabalhos ligados às atividades portuárias. Nenhum pescador artesanal do Bairro dos Paulas investe na maricultura atualmente.

A área de cultivo da AMACOP é composta por 28 áreas de 2.500m² (50x50m) sendo 25 áreas pertencentes às famílias de maricultores e destinadas à produção comercial. As outras 3 áreas são destinadas à pesquisa e estão assim divididas: uma para a EPAGRI; uma para a Casa Familiar do Mar; e uma para as Universidades (UNIVILLE e UNIVALI).

A AMACOP produz, em média, 40% do total dos mariscos produzidos em São Francisco do Sul que, segundo a EPAGRI, no ano de 2005 correspondeu a 800 toneladas. De acordo com informações do produtor, o rendimento médio do marisco produzido pela AMACOP é de 5/1, ou seja, cada 5kg do marisco em casca resulta em 1kg do marisco limpo.

Quanto às interferências negativas das atividades portuárias na produção de mexilhões da AMACOP, ressalta-se que a mais marcante é, sem dúvida, a dispersão de sedimentos observada nos períodos de realização das operações de dragagem dentro da Baía da Babitonga, principalmente nas situações que são feitos lançamentos de material dragado (sedimentos) na própria Baía. Isso ocorre pelo fato da pluma de dispersão de sedimentos atingir a área de cultivo, que pode contaminar os mariscos maduros e acarretar a interrupção da colheita. Conseqüentemente a geração de renda para o maricultor é cessada até que ocorra o processo natural de depuração do marisco.

Setor Secundário

A dinâmica do desenvolvimento industrial do Estado envolveu o município de São Francisco do Sul não como integrante direto do processo de produção propriamente dito, mas sim, através da circulação da produção através do Porto existente na cidade, que está entre os maiores do Brasil.

Entre os anos de 1970 e 1980 os setores que apresentaram melhor desempenho foram o metalúrgico e o de materiais de transporte, ambos vinculados às atividades portuárias. Nos demais setores observou-se uma relativa estabilidade, ocorrendo retrações nos setores de vestuário e de produtos alimentícios.

O setor de beneficiamento de produtos voltou a crescer durante a década de oitenta, especialmente o esmagamento e a produção do farelo de soja, quando as políticas macroeconômicas voltaram-se para o incentivo à geração de superávits da balança comercial, através do aumento das exportações de produtos agrícolas, em especial, a soja. Nesse ramo, a empresa de maior expressão no município é a BUNGE ALIMENTOS, antiga CEVAL.

Em São Francisco do Sul existe um distrito industrial com legalização ainda não concluída (Agenda 21), que está localizado ao longo da Rodovia BR-280. Esse distrito não conta com infra-estrutura e sua única instalação é o parque industrial da VEGA DO SUL S.A. (Grupo ArcelorMittal), ali implantado desde 2003. Trata-se de uma indústria de grande porte que atua na transformação de aço para o mercado automobilístico, que estabeleceu novas perspectivas na geração de empregos, independentemente da excelente condição do empreendimento como gerador de impostos para o município de São Francisco do Sul.

Outras grandes empresas do Setor Secundário, localizadas em São Francisco do Sul são: TRANSPETRO/PETROBRAS (atua no setor petroquímico) e a FECOAGRO (misturadora de fertilizantes). Existe, ainda, pequenas indústrias voltadas para a construção civil, panificação e confecções, entre outras (AGENDA 21, 2004).

Setor Terciário

Comércio

Segundo a AGENDA 21: SÃO FRANCISCO DO SUL DO FUTURO (2004) o comércio de São Francisco do Sul sofre forte concorrência de Joinville e de outros municípios da Região, especialmente no que se refere aos produtos e serviços para as classes de renda mais altas, mesmo assim, o setor vem apresentando crescimento nos últimos anos. No centro da cidade encontra-se um comércio voltado, principalmente para a população e para os negócios e nos balneários ele é voltado para o atendimento ao turista.

Turismo E Lazer

O turismo é a segunda atividade econômica mais importante do município. Segundo pesquisa realizada pela SANTUR, no ano de 2006 foi registrado um fluxo de 86.190 turistas em São Francisco do Sul, provenientes de diversas cidades do Brasil e do mundo. Esta demanda foi responsável pela injeção de recursos superior a US\$ 11,5 milhões.

Como estado de origem dos turistas que visitam São Francisco do Sul, o Paraná aparece em primeiro lugar com 43,92% dos visitantes, seguido por Santa Catarina (35,10%), São Paulo (9,02%), Rio Grande do Sul (5,49%) e Rio de Janeiro (1,37%). A maior parte do percentual restante é proveniente da Argentina e Paraguai.

A atividade turística é baseada na beleza natural dos balneários, da Baía da Babitonga e do Centro Histórico. Sendo assim, os principais atrativos turísticos são os aspectos naturais, a visita a amigos e parentes e os atrativos histórico-culturais. O Turismo em São Francisco do Sul tem aspecto sazonal, ou seja, apresenta sua maior concentração no verão, fato que acarreta pressão sobre a infra-estrutura nessa época e ociosidade no restante do ano.

Atividade Portuária

De acordo com APSFS (2005a), a delimitação da área de influência de um porto é uma tarefa difícil e imprecisa, uma vez que fatores relacionados à logística, aos custos e aos itinerários das linhas de navegação, fazem com que os portos recebam e despachem cargas das mais diversas origens e destinos. Sendo assim, pode-se afirmar que cada porto tem uma área de influência específica, para cada tipo de mercadoria nele movimentada.

Um exemplo disso é área de influência do **Porto de São Francisco do Sul** que, para produtos industrializados (eletro-eletrônicos, têxteis, móveis e revestimentos cerâmicos), abrange, principalmente, os estados da Região Sul, com destaque para as cidades industriais catarinenses (Joinville, Pomerode, Blumenau, Jaraguá do Sul etc.). Enquanto isso, para os grãos, as cargas frigorificadas (carnes, frutas, sucos etc.) e o complexo soja (grão, farelo e óleo), a área de influência abrange um território bem maior, que compreende todos os estados do Sul e, ainda, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, conforme apresentado na figura apresentada a seguir.



Mapa do Brasil mostrando, em amarelo, a área de influência do Porto de São Francisco do Sul para produtos do agronegócio.

Isso demonstra a importância da área de influência do Porto no cenário do agronegócio brasileiro, em especial na produção de grãos de milho e soja. As produções observadas nesses estados mostram valores elevados, que somados chegam a quase 46 milhões de toneladas de milho e a mais de 53 milhões de toneladas de soja, o que equivale a mais de 90% da produção nacional desses importantes alimentos.

No cais público de São Francisco estão sendo somados esforços para reduzir bastante os tempos de espera que, em 2003 foi de 143 horas e em 2005 ficou em torno de 90 horas. Outra informação importante sobre o porto em questão se refere à produtividade média, que em 2005 foi maior que o dobro da verificada em 2004 (110%) enquanto que o tempo médio de espera diminuiu 69% (ANTAQ, 2007).

ANTAQ (2007) destaca, ainda, o crescimento da movimentação de soja e farelos no porto de São Francisco do Sul, que entre 2003 e 2005 ficou na ordem de 264% e atribui este comportamento às medidas restritivas impostas no porto de Paranaguá quanto à movimentação de produtos geneticamente modificados.

Sendo assim, pode-se afirmar que existem claras possibilidades de aumento na movimentação de grãos sólidos agrícolas pelo Porto de São Francisco do Sul, visando a exportação no longo curso, como é o caso da soja, do milho, do farelo e do óleo de soja e de outros produtos da agroindústria, dentre eles o açúcar.

A pertinência dessa afirmação aparece quando se associam as informações da produção agrícola da área de influência do porto em estudo com as crescentes toneladas de grãos movimentadas no mesmo. Somem-se a isso suas conveniências estruturais, administrativas e tarifárias, bem como a qualidade da mão-de-obra e a eficiência dos operadores, terminais portuários e armadores. Não se pode deixar de considerar, ainda, as obras de adequação do novo contorno rododiferroviário.

Porém, para atender a essa crescente necessidade de escoamento da produção e oferecer serviços de qualidade, é necessária a busca urgente de investimentos públicos e, principalmente, privados para adequação da infra-estrutura portuária e de sua retro-área, de modo a atender às crescentes necessidades de movimentação de cargas para exportação.

No caso específico da atividade portuária de São Francisco do Sul, a participação do setor privado será de primordial importância, uma vez que relatos de VELASCO & LIMA (2007) informam que os portos públicos ainda não estão preparados para atender às exigências futuras, principalmente no que diz respeito aos altos investimentos necessários no curto prazo.

Daí decorre a importância da implantação dos empreendimentos em questão (**Terminais TGSC e FERTIMPORT**), que se trata de terminais graneleiros modernos que irão utilizar tecnologias de ponta, com o intuito de aumentar significativamente a capacidade atual de movimentação de grãos sólidos destinados à exportação de longo curso, permitindo o escoamento rápido e eficiente dos grãos produzidos na sua área de influência.

Além disso, serão inseridos benefícios socioeconômicos diretos para a Região, como por exemplo, a geração de emprego e renda para a população e de receitas para o município através do recolhimento de impostos.

J) PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Segue abaixo os Planos e Programas Governamentais que foram considerados no presente estudo ambiental.

Esfera Federal

- a) Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)
- b) Plano de Ação Federal (PAF)
- c) Projeto Orla
- d) Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha
- e) Agenda Ambiental Portuária
- f) Agenda Portos
- g) Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Programa Monumenta)
- h) Programa Nacional de Desenvolvimento da Maricultura em Águas da União – Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDMs)
- i) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Esfera Estadual

- a) Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC)
- b) Master Plan de Santa Catarina
- c) Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD)

Esfera Regional

- a) Projeto Costa do Encanto
- b) Proposta de Criação da Reserva de Fauna da Baía da Babitonga
- c) Dragagem de Aprofundamento, Derrocagem e Implantação do Berço 401-A

Esfera Municipal

- a) Plano Diretor de São Francisco do Sul
- b) Projeto de Revitalização da Orla
- c) Agenda 21: São Francisco do Sul do Futuro
- d) Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de São Francisco do Sul
- e) Contorno Rodo ferroviário do Porto de São Francisco do Sul

K) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO LOCALIZADAS NA REGIÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Os futuros empreendimentos **Terminais TGSC e FERTIMPORT** serão implantados as margens da Baía da Babitonga, considerada a terceira maior formação de águas marinhas interiores do litoral catarinense. No entorno deste importante recurso hídrico existe uma série de Unidades de Conservação criadas com a finalidade de preservar as espécies da biota, assim como proporcionar a conservação dos recursos hídricos e promover o uso público sustentável.

Estas áreas legalmente protegidas são de extrema importância para a conservação de uma variedade de ambientes e ecossistemas. Além da proteção aos ambientes naturais, são importantíssimas no planejamento regional, criando corredores de biodiversidade, que facilitam o deslocamento de espécies da fauna e a dispersão da flora, promovendo assim o transporte gênico e a manutenção das espécies.

Dentre as Unidades de Conservação localizadas na região destaca-se a Reserva Particular do Patrimônio Natural – VEGA do Sul e Morro da Palha e o Parque Estadual de Acaraí. Tais UCs encontram-se em um raio de 10 km do empreendimento

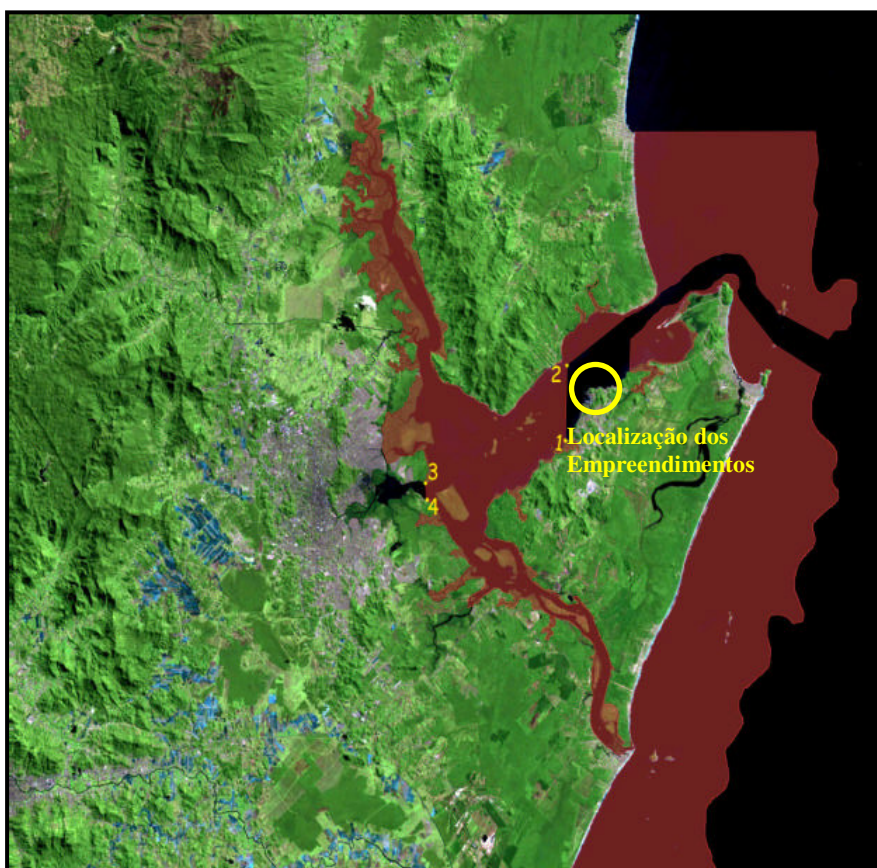
Além das UCs legalmente instituídas, existem, na região, duas propostas para a criação de novas UC. A primeira refere-se à criação do Parque Municipal do Manguezal, localizado no Bairro Paranaguamirim, em Joinville-SC, que foi proposta no **Programa de Urbanização, Regulamentação e Integração de Assentamentos Precários**, que faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério das Cidades, para o maior município do estado de Santa Catarina. Já a segunda, diz respeito à criação da Reserva da Vida Silvestre da Baía da Babitonga, proposta pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Com relação ao Parque Municipal do Manguezal, este foi proposto com a finalidade de proporcionar maior proteção da área de manguezal localizada no Bairro Paranaguamirim, em Joinville, onde atualmente ocorre uma forte pressão antrópica sobre este ecossistema.

A criação desta UC preservará uma área de 301,20 ha, localizado na bacia do rio Paranaguamirim, região contígua à Baía da Babitonga, importante estuário do município de Joinville. Esta área é formada por um relevante ecossistema de manguezal, o qual se apresenta na sua maior parte, em bom estado de conservação, servindo como local de abrigo, observação, reprodução e alimentação para uma série de espécies da fauna silvestre.

A instituição da Reserva da Babitonga vem ao encontro da necessidade da proteção e conservação dos recursos naturais, em especial os pequenos golfinhos (Toninha e Boto-cinza), caranguejo-uçá e os meros, assim como a área de manguezal e as ilhas costeiras e parciais adjacentes.

É importante ressaltar que Reserva de Fauna é uma unidade de conservação de uso sustentável, ou seja deve compatibilizar a conservação da natureza com o desenvolvimento socioeconômico. Além disto salienta-se que a área destinada para instalação dos empreendimentos **Terminais TGSC e FERTIMPORT**, bem como a área do Porto Organizado de São Francisco do Sul, não se encontram dentro dos limites previstos para a implantação da referida reserva de fauna proposta pelo IBAMA.



Localização dos Empreendimentos TGSC e FERTIMPORT fora da área prevista para a reserva. (Fonte: CEPSUL / IBAMA – fevereiro de 2005).